

DESAFIOS DE UMA PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS EM UMA UNIVERSIDADE NEGRA

RETOS DE UMA PRO-RECTORIA DE ACCIONES AFIRMATIVAS Y ASUNTOS ESTUDANTILES EN UNA UNIVERSIDAD NEGRA

Natália Silva Colen¹
Rodrigo Ednilson de Jesus²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões produzidas no âmbito de uma pesquisa de mestrado dedicada a compreender a experiência das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil da Universidade Federal do Recôncavo Bahia (UFRB). Por meio de entrevistas realizadas com oito sujeitos que estiveram na gestão em algum momento ao longo dos anos de 2005 a 2016, incluindo pró reitores, coordenadores e técnicos da Pró reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) propõe-se a reconstrução de parte da história recente da UFRB para compreender o papel que a PROPAAE desempenhou no autorreconhecimento desta universidade como universidade negra a partir da articulação entre a assistência estudantil e as ações afirmativas.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Ações Afirmativas; Universidade pública.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar algunas reflexiones producidas en el ámbito de una investigación de maestría dedicada a comprender la experiencia de las políticas de acción afirmativa y asistencia estudantil en la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia (UFRB). A través de entrevistas a 10 sujetos que estuvieron en la gerencia estudantil en algún momento al largo de los años 2005 a 2016, entre los que se encuentran pro-rectores, coordinadores y técnicos de acciones afirmativas y asuntos estudiantiles (PROPAAE) proponemos reconstruir parte de la historia reciente de la UFRB y comprender el papel que desempeñó PROPAAE en el autorreconocimiento de la UFRB como Universidad Negra a partir de la articulación entre la asistencia estudantil y las acciones afirmativas.

Palabras-clave: Asistencia estudantil; Acciones afirmativas; Universidad pública.

¹ Psicóloga pela PUC Minas. Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Mestre e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). colennatalia18@gmail.com.

² Sociólogo, Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós Doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professor da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rodrigoednilson@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute parte dos resultados de uma dissertação de mestrado em Educação que buscou compreender como se constituiu o projeto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, bem como entender as conexões entre a concepção de ação afirmativa da universidade e a política de permanência implementada pela Pró reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). No decorrer do trabalho, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito pessoas, entre elas, técnicos coordenadores e pró-reitores da PROPAAE. Apesar de poderem ser facilmente reconhecidos por terem assumido cargo de gestão em determinado período, opto seguindo o Termo de Consentimento assinado por eles - por não apresentar seus nomes verdadeiros, substituindo-os por codinomes de personalidades negras da cultura popular e da história do Recôncavo Baiano.

Manuel Faustino foi o primeiro reitor da UFRB, nos anos de 2006 a 2015. Tia Ciata foi Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis na UFRB de 2006 a 2011. Mestre Roque foi Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UFRB de 2011 a 2014. Dona Estelita assumiu o cargo de Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis em 2016 e permanecia no cargo até 2020, ano de elaboração deste artigo. João de Obá foi coordenador de Políticas Afirmativas da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis durante os anos de 2006 a 2011. Dona Dalva Damiana assumiu o cargo de coordenadora de Políticas Afirmativas, vinculada à gestão da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis, no ano de 2016 e permanecia no cargo até 2020. Caetano assumiu o cargo de coordenador de Assuntos Estudantis no ano de 2016 e permanecia no cargo até 2020. Dona Nicinha é servidora técnico administrativa da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis.

No percurso metodológico, foi utilizada abordagem qualitativa e como estratégia de coleta de dados, a técnica de entrevista semiestruturada com os sujeitos colaboradores da pesquisa. Do ponto de vista teórico, a pesquisa buscou dialogar com estudos sobre políticas de ações afirmativas, democratização do ensino superior, relações étnico-raciais, epistemologias e estudos anticoloniais e educação. Esses estudos e olhares permitiram compreender e problematizar os limites, desafios e potencialidades da experiência política da universidade investigada, bem como do projeto constituído por ela. A escolha pela UFRB como lócus desta pesquisa está relacionada às concepções tornadas públicas desde o momento de sua criação, já que desde 2003 esses princípios já norteavam os debates públicos em torno de seu surgimento e, em 2005, ano oficial de sua criação, se estabelecem reservas de vagas, sete anos antes da

promulgação da Lei 12.711/2012 (lei de cotas). Adicionalmente é importante frisar que esta mesma universidade é pioneira na criação de uma Pró reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis no Brasil.

A pesquisa documental realizada ao longo do mestrado demonstrou que a UFRB, desde a sua criação em 2005, foi orientada por uma proposta inclusiva, tendo baseado sua autoafirmação como universidade negra em suas concepções de inclusão e democratização do ensino superior, mas também orientada por suas políticas, programas e projetos que davam centralidade às dimensões raciais e socioeconômicas. Tanto na pesquisa documental, quanto ao longo das entrevistas, ficou evidente como a atuação da Pró reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) exercia um papel central na articulação destas duas dimensões. Diante desta centralidade, optamos por apresentar neste artigo parte da experiência de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis construídos pela UFRB e as estratégias colocadas em prática na PROPAAE para a realização de uma política estudantil atravessada pela dimensão racial, capaz de impactar, de modo efetivo, a vida acadêmica dos estudantes atendidos pela universidade.

O RECÔNCAVO DA BAHIA E DA UFRB: A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

O Recôncavo da Bahia situa-se em uma região em torno da Baía de Todos os Santos. A região integra 92 municípios divididos em cinco regiões econômicas do estado da Bahia, sendo elas: região do Recôncavo Sul, região Metropolitana de Salvador, Litoral Sul, Litoral Norte e Região do Paraguaçu. (SANTOS, 2016). O Recôncavo Sul, região em que se localiza a UFRB, é composto por 33 municípios. A UFRB tem estrutura multicampi e está sediada nas cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus.

Além da forte influência indígena no território, identificável em hábitos religiosos, alimentares e de vida da população (FRAGA, 2010), o Recôncavo também apresenta uma forte marca africana, tendo em vista que grande parte de seus primeiros moradores - após os indígenas - foram negros de diferentes regiões da África, trazidos à força e com extrema violência para o Brasil, para serem escravizados. O mesmo autor aponta que, no fim do século XIX, aproximadamente 70 por cento da população do Recôncavo era formada por negros e mestiços descendentes de africanos.

A partir do contexto de formação da região e da grande influência da cultura africana, consideramos o Recôncavo Baiano como um território negro, da diáspora. De acordo com uma série de autores (DOS ANJOS, 2011; SILVA; ROSEMBERG, 2008; COSTA; TORRES; GROSGOUEL, 2018) o Brasil é o país que apresenta as maiores estatísticas em relação à

importação forçada de negros africanos ao longo dos séculos XVI a XIX e foi o último país a abolir a escravidão negra. Assim, “nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. [...] Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar” (HALL, 2013, p.33).

Oficialmente criada no ano de 2005, por meio da Lei n 11.151, de 29 de julho 2005, a Universidade Federal do Recôncavo emerge da convergência dos fatores históricos mencionados acima, articulado com diversos outros, como: a reivindicação realizada pela própria população; o contexto político nacional; a participação de atores e ativistas negros e o desejo de alguns sujeitos por uma universidade popular. Todos esses aspectos remontam à história de criação da Universidade e do projeto construído nesta a partir de seus programas.

Embora tenha uma história relativamente curta, o processo de discussão para sua implementação na região do Recôncavo vem de longa data. De acordo com sua proposta de criação (UFRB, 2003), perspectiva repetida pelos pró-reitores entrevistados, a universidade já estava sendo solicitada e demandada pela sociedade civil, por docentes e gestores/as da Universidade Federal da Bahia (UFBA) há muito tempo, pelo menos desde a década de 90. Assim, sua criação resultou de uma trajetória de intensa mobilização da sociedade civil em diferentes momentos, e contou também com a participação de lideranças políticas e de profissionais e discentes da UFBA, que acreditavam na importância de uma universidade federal para o Recôncavo.

Para entender parte importante desta história, é salutar a retomada de um ponto destacado pelos/as gestores/as sobre a construção da Universidade, e que se refere ao desmembramento da antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo eles, tradicionalmente os cursos de Agronomia ofereciam, aos filhos e netos de latifundiários, uma cota nas universidades federais, privilegiando-os, reforçando o caráter elitista das universidades públicas no Brasil, o que contribuía para o afastamento sistemático da população negra desse espaço. A Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968, mais conhecida como Lei do Boi, foi promulgada nos primeiros anos de ditadura militar no Brasil. A referida lei, que se perpetuou por muitos anos nas escolas de Agronomia do Brasil, marcou também a história de construção da UFRB e, também por isso, esta se insere em um contexto de grandes conflitos, tensões e embates. Os resquícios dessa história são um dos elementos de tensão na construção e execução do projeto proposto pela UFRB, já que sua criação previa um projeto inclusivo de universidade, que não condizia com a realidade elitista até então vivenciada pela Escola de Agronomia, local onde a UFRB se instalaria.

Cabe destacar também que a Universidade foi criada no período em que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com alguns dos(as) entrevistados(as), os primeiros anos da década de 2000, coincidentes com o primeiro mandato do então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, foram marcados por políticas de ações afirmativas em muitas instituições de ensino superior no Brasil, se configurando como momento bastante propício para a criação de uma universidade como a UFRB.

É também no contexto de interiorização, inaugurado pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), através do Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que nasce a UFRB, atraindo rapidamente jovens do Recôncavo e de regiões de seu entorno, que viram nesta uma oportunidade de acesso ao ensino superior (SANTOS, 2016). Essa preocupação da Universidade em atender os estudantes do Recôncavo e sua região convergia com a proposta de interiorização, que tinha como objetivo combater o desequilíbrio de desenvolvimento regional, oportunizando que jovens sem condições de se deslocarem para outras regiões estudassem em seus próprios territórios (BRASIL, 2015).

Pode-se dizer que, ao ancorar seu projeto de universidade referenciado nos elementos étnicos, sociais e culturais do Recôncavo, a UFRB ocupa esse território por meio de um movimento político com engajamento de diversos sujeitos, e, a partir disso, o territorializa, ou seja, o toma para si, assim, constrói redes, compartilha o espaço e desestabiliza as forças contrárias (PORTO-GONZALES, 2012; ZIBECHI, 2017). Como diz Manuel Faustino: “A UFRB assume o Recôncavo como um território de aprendizagem”. Nessa perspectiva territorializada, a UFRB configurou-se como uma universidade multicampi, visando o desenvolvimento socioeconômico, científico tecnológico, cultural e artístico da região. Assim, a sede da Universidade está localizada na cidade de Cruz das Almas com unidades nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana e Santo Amaro. Visando a equidade nas relações entre os campi, as unidades funcionam como núcleos integrados do conhecimento: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (Cetec) em Cruz das Almas; Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus; Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) em Cachoeira; Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult) em Santo Amaro; Centro de Formação de Professores (CFP) em Amargosa e Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (Cetens) em Feira de Santana (fora do Recôncavo). (SILVA, 2015).

Para que a Universidade conseguisse manter constante interlocução entre o saber científico e a complexa realidade do Recôncavo, a configuração multicampi se converteu em uma concepção central e uma importante estratégia de gestão da UFRB, possibilitando explorar as culturas locais e incorporando diálogo direto com seu contexto econômico, político, cultural e histórico (SALVADOR, 2003). Por meio desta estratégia descentralizada, a Universidade teria como papel fundamental impulsionar e contribuir para o desenvolvimento regional, por meio das articulações entre ensino, pesquisa e extensão. O Recôncavo seria tomado como “uma região de aprendizagem, buscando-se ações sinérgicas, entre Universidade e o território” (SALVADOR, 2003, p.23).

QUEM SÃO OS ALUNOS DA UFRB?

“Basta olhar!” Essa foi a primeira resposta à pergunta feita aos/às entrevistados/as na primeira visita de campo à UFRB, sobre quem eram os/as estudantes da Universidade. Em outubro de 2017, em visita a dois campus da Universidade, um na cidade de Cruz das Almas, onde se localiza a sede com as Pró-reitorias, incluindo a PROPAAE, e o campus da cidade de Cachoeira, onde fica o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), a partir de uma rápida caminhada nos dois campus a resposta “basta olhar” começou a fazer sentido. A presença expressiva de estudantes negros/as pelos corredores, especialmente no CAHL, evidenciou a novidade trazida pela UFRB. Embora tenhamos tomado o cuidado de não olhar para a Universidade na perspectiva de comparação, confessamos que é difícil não olhar para a UFRB sem pensar em outros contextos universitários em que se tem nos corredores uma maioria esmagadora de alunos/as brancos/as.

O coordenador de assuntos estudantis da PROPAAE, Caetano, comentando este aspecto afirma que: “Então, a UFRB já inicia com um público que é diferente do que comumente se pensa em um público das universidades, de modo geral.”. Em seu relato, ele aponta a diferença no perfil dos/as estudantes da UFRB, enfatizando que o público atendido por ela destoa do contexto nacional. Embora seja facilmente possível identificar quem são os/as estudantes da UFRB, andando pelos corredores, sem necessidade de verificação científica, como nos disse a Pró-reitora, apresentamos alguns dados disponibilizados pela Universidade que confirmam o perfil apontado pelos técnicos.

De acordo com os dados do Relatório de Gestão 2014/UFRB, 96,13% dos/as estudantes são do estado da Bahia, sendo que 28,2% dos/as que ingressaram em 2014 são residentes dos municípios onde está instalado o campus da Universidade em que estudam. (SANTOS, 2017).

Em relação ao perfil das instituições federais de ensino superior, os dados apresentados pela Pesquisa de Perfil dos Estudantes, de 2014 demonstram que a UFRB conta com 83,4 % de estudantes negros/as, superando a média nacional em relação a esses índices. A partir dessa constatação, Sena (2013) afirma que a UFRB é a universidade mais negra do Brasil e uma das mais inclusivas do país, já que 71,9% dos alunos de graduação – pertencem a um grupo com grande vulnerabilidade socioeconômica correspondendo às faixas C, D e E. (SENA, 2013). Embora a grande maioria dos estudantes sejam negros/as de camadas populares a Universidade também recebe alunos indígenas e quilombolas de diversas regiões do país.

A PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROPAAE) E A CONCRETIZAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE NEGRA

Como já mencionamos, a PROPAAE nasce com o objetivo de assegurar e articular as políticas afirmativas e a assistência estudantil dentro da UFRB. Durante as entrevistas, identificamos que uma das mais importantes estratégias de viabilizar este objetivo era a criação de uma Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). A narrativa de João de Deus evidencia esse fato: “Acho que por isso ela [a UFRB] começa com a PROPAAE, porque a PROPAAE acaba sendo um delimitador de intenção, que marcava que de fato esse caminho precisaria ser diferente, pra que os sujeitos negros pudessem ter acesso de uma forma diferenciada à universidade”.

A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE da UFRB foi criada com a incumbência de trabalhar de forma articulada as ações afirmativas com os assuntos estudantis, ampliando o espectro da assistência estudantil, ao versar sobre - acesso, permanência e póspermanência de estudantes oriundos das escolas públicas, afro-descendentes e indígenas, através do fomento a exercício de protagonismo, mutualidade, co-responsabilidade e solidariedade, tendo como foco o desenvolvimento regional em articulação com a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social na UFRB e no Recôncavo da Bahia. (site UFRB)

Os/as servidores/as entrevistados, todos/as engajados/as na produção de mecanismos mais democráticos de acesso e permanência à universidade, atuavam na PROPAAE em duas coordenadorias: a Coordenadoria de Políticas Afirmativas e a Coordenadoria de Assuntos Estudantis que se estruturavam a partir de núcleos temáticos:

- Coordenadoria de Políticas Afirmativas: Núcleo de Esporte, Cultura e Lazer (Nucela); Núcleo de Estudos, Formação e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis

(Nufope); Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação (Nugeds); Núcleo de Políticas de Ingresso, Permanência e Pós-Permanência e Ações Afirmativas (Nupipe).

- Coordenadora de Assuntos Estudantis: Núcleo de Acompanhamento Integral ao estudante (Naie/Nuest); Núcleo de Acompanhamento dos Programas de Ingresso, Permanência e Pós-permanência (Nuapip); Núcleo de Gestão de Atendimento e Documentação (Ngadoc).

Os núcleos agiam de forma conjunta e interdependente, demonstrando que a pró-reitoria provocou uma mudança não somente no nome, mas na forma como concebia a assistência ao/à estudante ingressante por meio das políticas de reserva de vagas para negros/as. Manuel, que foi o primeiro reitor da universidade, evidencia isso:

Então, não foi só mudar o nome, de Pró-reitoria de Assistência Estudantil pra [Pró-reitoria de] Políticas Afirmativas, não foi só isso. Foi, porque a política estudantil se estruturava basicamente, por exemplo, aqui na UFBA, você tinha uma Pró-reitoria, um setor, que cuidava das residências, da alimentação e um setor que cuidava de saúde, tratamentos psicológicos, sabe? A Pró-reitoria de Políticas Afirmativas tinha a ver com essa assistência material, mas tinha a ver com esse suporte simbólico que tinha que dialogar com a Pró-reitoria de Graduação, com outras políticas na universidade, porque, afinal de contas, é claro que a gente queria que o estudante, ao fim e ao cabo, ele sáisse com todas as ferramentas e técnicas de domínio.

Os/as entrevistados/as, especialmente aqueles/as que fizeram parte da construção inicial da pró-reitoria, sinalizavam que, à época da criação da PROPAAE, eles/as se preocupavam muito com a continuidade e persistência das ações desenvolvidas. Segundo eles/as, não tinham a intenção de que as atividades se resumissem à realização de eventos, mas que o eixo de ações afirmativas fosse transversal às demais ações da Universidade e que se institucionalizassem, a ponto de não se perderem de uma gestão para outra. Tia Ciata fala dessa preocupação: “Eu dizia: se a gente não tiver a institucionalização da política, ela se fragiliza no tempo, porque você pode ter mudanças, com as diferentes visões de mundo e de perspectivas políticas e isso se fragilizar, então nós fomos criando as ancoragens institucionais da política de ações afirmativas”. Por essa razão, encontramos muitas portarias, resoluções e normativas publicadas acerca dos diversos projetos e ações desenvolvidos na PROPAAE, especialmente nos primeiros anos de sua criação, revelando, provavelmente, essa tentativa de institucionalização das ações.

Nessa perspectiva, a PROPAAE parte da ideia de pregnância, defendida por Tia Ciata em sua tese de doutorado (JESUS, 2007), e que se concretizou na concepção da PROPAAE dentro da Universidade. A ideia de pregnância seria, então, a possibilidade de construção de

uma capilaridade das ações afirmativas nas diversas instâncias e práticas institucionais da Universidade, tanto no campo da gestão, quanto do ensino, da pesquisa, da extensão e das práticas pedagógicas gestadas pelos/as professores/as em seu cotidiano. (JESUS, 2007). Nessa perspectiva, as ações afirmativas comporiam, junto com ensino, pesquisa e extensão, o quarto eixo da Universidade como relata Tia Ciata:

A questão é que, assim, como nós pensávamos que políticas afirmativas elas entravam como a composição de um quarto elemento pra identificar a Universidade, então, se você tem o trio: ensino, pesquisa e extensão, no nosso caso é: ensino, pesquisa, extensão e políticas afirmativas. Então, ao pensar dessa forma, toda ação que era proposta dentro da Pró-reitoria, ela necessariamente tinha que ser pensada em todos os eixos da estrutura da Universidade. Então você não tinha uma política pensada objetivamente como normalmente acaba sendo, praquela finalidade. Então quando nós fizemos o planejamento da PROPAAE, não fizemos pro ano, não, fizemos para os quatro anos da gestão. (Tia Ciata)

Nesse sentido, havia também uma grande preocupação com a institucionalização das ações, para que estas não se perdessem ao longo das gestões, mas que se tornassem pautas permanentes dentro da Universidade: “Então, não é só você dizer que ela é negra porque tem 80% de estudantes, ou, ela é negra porque tem essa primeira pró-reitoria no país, não, ela é negra porque tem uma política institucionalizada”. (Tia Ciata)

Nessa direção, o Programa de Permanência Qualificada (PPQ), carro chefe da pró-reitoria, procurava alcançar esse objetivo de institucionalização, ao articular as ações institucionais das duas coordenadorias (de Assuntos Estudantis e de Políticas Afirmativas) trazendo à tona os elementos que constituem a concepção de ação afirmativa adotada pela Universidade e pelos gestores da PROPAAE. Assim, o PPQ articula e fomenta por meio de suas ações a democratização dos níveis de ingresso, permanência e pós-permanência no ensino superior, e apresenta os seguintes objetivos:

1. Garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB, ao assegurar a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmicas relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional.
2. Implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica.
3. Possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa.
4. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional.
5. Qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB.
6. Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação.
7. Combater o racismo e as desigualdades sociais. (UFRB, 2019)

A partir dos objetivos apresentados pela pró-reitoria acerca do PPQ, compreendemos que, para a UFRB, a permanência de jovens negros/as era pensada de forma ampliada, envolvendo as diversas possibilidades de experimentação da vida acadêmica, o que complexifica as ações para sua concretização. Uma das frentes fundamentais de ação é a esfera material, para tanto, a PROPAAE contava com uma série de auxílios de apoio aos estudantes: Bolsa permanência (vinculada a projetos institucionais); auxílio moradia; auxílio pecuniário à moradia; auxílio emergencial; auxílio alimentação; auxílio pecuniário à alimentação; auxílio deslocamento; auxílio órtese (aparelho corretivo visual); auxílio medicamento; auxílio creche; auxílios acadêmicos.

Desde sua criação, o PPQ apresentava uma novidade em relação às demais experiências de assistência estudantil colocadas em prática na UFRB, pois, além do suporte material que trazia ao/à estudante, por meio dos auxílios financeiros destinados a apoiá-los/as nas diversas esferas da vida acadêmica, este ampliava a compreensão de permanência estudantil, extrapolando a dimensão material. Um dos modos de viabilizar esta ampliação foi a vinculação dos/as alunos/as do PPQ, que recebessem algum tipo de auxílio financeiro/ material para assegurar sua permanência, à algum projeto de extensão ou de pesquisa.

No PPQ nós tínhamos uns cinco eixos de propostas de projetos, então como que ele funciona? O professor apresentava seus projetos de ensino, pesquisa ou extensão, vinculados a esses **eixos – que eram diversidade, relações étnico-raciais, cultura local, desenvolvimento regional –**, então nós fazíamos um banco de projetos dos professores, e **os estudantes que eram aprovados para o auxílio material da PROPAAE então eram selecionados nesses projetos pra trabalharem durante a sua permanência com esses professores. Isso é a ideia da pregnância que você vai entrando na gestão de cada uma das políticas diferenciadas dentro da universidade...** A ideia da permanência qualificada é essa: olhar pra condição do estudante na existência desse estudante na universidade, na vivência que ele tem como sujeito aprendente, por isso a permanência qualificada cria esse vínculo entre aprofundamento da experiência universitária com a participação do estudante em ações de ensino, pesquisa e extensão, acoplando isso ao suprimento parcial, porque a gente sabe que a bolsa ou qualquer um desses serviços só supre parcialmente a demanda material que um estudante cotista tem pra estar na universidade. (Tia Ciata, grifos meus)

Para nós, o conceito de permanência qualificada apresentado por Tia Ciata e colocado em prática pela Pró reitoria de Ações afirmativas de Assuntos Estudantis da UFRB se articula, de perto, com as reflexões feitas por Gomes (2009) e Santos (2009).

A permanência implica, além das bolsas, o aprendizado de língua estrangeira, o domínio dos instrumentais acadêmicos para a elaboração de projetos de pesquisa, a

inserção dos alunos negros em projetos de pesquisa, ensino e extensão, a criação de condições adequadas para participação dos universitários negros em congressos e fóruns acadêmicos fora de sua universidade de origem, a inserção da discussão sobre a questão racial nos currículos de graduação, preparação dos alunos para a entrada na pós graduação e um maior conhecimento de potencial da vida acadêmica. (GOMES, 2009, p.205-206).

É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanchar, pagar o transporte, etc., mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes, etc. Sendo assim, entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material, e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a Permanência Simbólica. Antes, vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele. (SANTOS, 2009, p. 70).

Como já afirmamos, é possível identificar diversas aproximações entre as práticas de permanência sustentadas pela PROPAAE e as perspectiva de Gomes (2009) e Santos (2009), já que a atuação da PROPAAE visava garantir a existência desses/as alunos/as na universidade, a partir de uma compreensão ampla de permanência, operacionalizada por meio dos auxílios, acompanhamento acadêmico, oportunidades de participação em projetos de pesquisa, extensão, eventos científicos, acesso a discussões de empoderamento e pertencimento étnico racial, entre outras ações articulando o trabalho das duas coordenadorias. Sobre isso, Mestre Roque e Mestre Ananias comentam:

Então você cria uma estrutura para viabilizar não só permanência material, por isso assistência estudantil, mas uma permanência simbólica; então, tinha uma coordenação de políticas afirmativas, que vai cuidar exatamente dessa outra dimensão que não é material, que é uma dimensão mais ampla, de luta contra o racismo institucional, de um engajamento das ações afirmativas no currículo, nas ações de pesquisa de extensão. Então ela tenta dar um aporte e um debate teórico, um debate no pensamento de políticas afirmativas. (Mestre Roque)

Importante demarcar que muitas ações no âmbito da pró-reitora não estavam mais acontecendo no momento da pesquisa de campo, embora a concepção de universidade negra permanecesse na gestão. Durante as entrevistas, tanto os/as técnicos/as atuais da PROPAAE, quanto os/as gestores/as - atuais e do passado – enfatizaram, com muito pesar e tristeza, que as ações da pró-reitoria haviam diminuído paulatinamente, em função dos contingenciamentos financeiros desde 2015. Fizeram questão de destacar como era desafiador atuar em uma Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis nesse contexto. Destacaram, também, como a oportunidade de oferta da PROPAAE reduziu em mais de 50%, nos últimos anos:

Todas essas ações que a gente destacou aí, já foram muito mais fortes, e o que tem nos incomodado é que o contingenciamento de recursos tem comprometido de maneira cruel as políticas afirmativas e a assistência estudantil. A cada dia essas possibilidades, a gente tá tendo aquela sensação que tá escorregando pelas nossas mãos. A gente sabe que tem estudantes aqui que não teria possibilidade nenhuma, não é assim, “dá um jeitinho”, não, não teria possibilidade nenhuma de botar o pé no passeio pra dentro da universidade se não se mantiverem essas políticas. (Dona Nicinha)

Como nós somos uma universidade pobre, não só no sentido de nossos recursos, não, nosso público é um público majoritariamente pobre, ele não vive sem a assistência estudantil. Então, a gente tem uma maioria de estudantes que eles não estarão aqui se a gente tiver a alimentação cortada, se a gente não tiver bolsa residência ou a própria residência, e por conta disso acaba que o conhecimento da PROPAAE é pela via da assistência. Então, é como se todo o nosso trabalho fosse por essa via, e eu entendo né, os marxistas dizem que a gente precisa comer e beber pra fazer história, essa é a base material e eu entendo isso perfeitamente. (Dona Dalva)

Embora a PROPAAE tenha se estruturado a partir do perfil e das demandas dos/as estudantes, sobretudo no que se refere aos auxílios, durante as entrevistas fica muito evidente que as coordenadorias de assistência estudantil e de política afirmativa atuam de forma bastante integrada, levando em consideração que os/as estudantes assistidos/as pela pró-reitoria são, majoritariamente, pobres e negros/as. Dona Dalva enfatiza a importância na ampliação do olhar sobre a pró-reitoria e suas ações:

A PROPAAE, ela é muito mais do que assistência, é assunto estudantil, é política afirmativa [...]. Eu me lembro da minha primeira formatura em Amargosa em 2011. Eu cheguei na formatura, foi a primeira turma. Foi no ginásio, e aí eu fui lá no ginásio e quando eu cheguei, chegavam aquelas vans, Combs, os carros abarrotados de gente da zona rural e aí lotou, foi na parte de onde tem jogos, lotou as arquibancadas. As pessoas com suas melhores roupas pra ver a primeira pessoa da família que se formou na universidade pública. Isso é de uma representatividade fenomenal pra mim. Isso me emociona, de ver o que pode ser uma política afirmativa de fato. Por isso que às vezes eu sou muito incisiva na minha fala, acho que às vezes eu sou muito tomada por isso, porque eu não consigo conceber que a gente possa perceber essa pró-reitoria como assistência, entende? Ela é muito mais que isso. (Dona Dalva).

A fala emocionada de Dona Dalva sobre o significado da PROPAAE na UFRB expressa o quanto essa pró-reitoria e as políticas encampadas por ela foram, e continuam sendo, importantes para uma mudança na vida das pessoas que ela atende. Em questionamento aos entrevistados/as sobre o público prioritário do PPQ, estes/as foram unânimes ao dizer que os/as alunos/as atendidos são negros/as e pobres. Esse fato foi marcado por eles/as para evidenciar que a política da Universidade foi sendo moldada a partir do perfil dos/as estudantes que acessam a Universidade e que necessitam das políticas afirmativas para existirem nesse espaço. Demarcavam a indissociabilidade das questões de classe e raça dentro da pró-reitoria.

OS DESAFIOS NA GESTÃO DA PROPAAE

Durante as entrevistas, os/as gestores/as foram localizando uma série de desafios na execução dos projetos e atividades concebidas por esta pró-reitoria, algumas de ordem política e ideológica, e outras, de ordem material e financeira. Um dos aspectos desafiadores na gestão da PROPAAE dizia respeito às expectativas dos atores da universidade em relação às ofertas da pró-reitoria. Muitos entrevistados apontaram que a pró-reitoria é vista dentro da Universidade como um centro de urgências, e, muitas vezes, recebem demandas diversas, que extrapolam sua capacidade de atuação.

Outro elemento que dificultava uma atuação mais positiva da PROPAAE é, curiosamente, a principal razão de sua existência: o perfil dos/as estudantes. Os/as entrevistados/as reconheceram que, inicialmente, a PROPAAE atendia – por meio de bolsas, auxílios e participação das diversas atividades do PPQ – um percentual bastante significativo dos/as estudantes. Contudo, considerando que mais de 80% dos/as estudantes da Universidade necessitam dos auxílios, os recursos sempre são insuficientes. Nesse sentido, relatam que, mesmo tendo uma pró-reitoria estruturada, e com a oferta de programas e bolsas, nunca foi possível atender a todas as demandas. Neste sentido, os estudantes que demandam os auxílios são submetidos à análises socioeconômicas baseadas em critérios definidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Em função da variedade de demandas, da complexidade das ações e necessidade de acompanhá-las, a PROPAAE foi descentralizada em 2013, sendo capilarizada nos diversos câmpus da UFRB em todo o Recôncavo, por meio de núcleos compostos por uma equipe mínima de profissionais - assistentes sociais e psicólogos/as. Como ressaltaram os/as entrevistados/as, a descentralização se fez necessária, tendo em vista, que os campus da Universidade são distantes da sede - localizada em Cruz das Almas - o que dificultava atender às demandas específicas de cada campus.

As principais tensões internas e externas, travadas na gestão da PROPAAE, recorrentemente apontadas pelos/as entrevistados/as, diziam respeito, sobretudo, à disputa pelo modelo de universidade idealizado e concebido pelos diferentes sujeitos e grupos. A disputa pelo projeto de universidade revelava as divergências em torno das concepções de qualidade e excelência acadêmica, em torno de quais sujeitos poderiam acessar o conhecimento e em torno da racialização ou manutenção da (des)racialização da universidade.

De acordo com os/as entrevistados/as, essas disputas em torno do projeto de universidade negra implementado na UFRB se mostraram intensas, em alguns momentos, tendo em vista que a universidade é carregada de uma onda hegemonicamente branca, elitista e conservadora que procura, de modo sistemático manter os privilégios garantidos por meio de um ensino superior restrito a determinados grupos sociais. De acordo com Almeida (2018, p.30), “as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da pesquisa possibilitou perceber que o projeto construído na UFRB foi sustentado a partir da referência no território do Recôncavo Baiano, nas políticas afirmativas, na assistência estudantil e na dimensão racial. A experiência da universidade se mostrou potente e contra hegemônica, pois colocou em questão a (des)racialização da universidade, ao demarcar a intencionalidade do projeto de universidade negra, anunciando quais sujeitos ela representava. Isso apareceu não somente nas intenções da universidade, mas também no conjunto de ações, políticas, programas e projetos desenvolvidos na PROPAAE, com a articulação da assistência estudantil e ações afirmativas especialmente no que diz respeito à sua política de permanência, por meio do Programa de Permanência Qualificada (PPQ).

Como foi possível ver, vários desafios foram colocados para o corpo gestor da PROPAAE que precisou instituir outras formas de fazer gestão, não elaboradas a priori, pois perceberam que nem todos os aspectos de um modo hegemônico de gerir universidades desracializadas eram válidos para um projeto de universidade negra, como o proposto pela UFRB. Nesse sentido, a gestão da Universidade foi sempre permeada por uma série de contradições e tensões que não paralisaram a possibilidade de se pensar e executar o projeto, mas que complexificaram a forma como este foi sendo desenhado e colocado em prática.

Dessa forma, a atuação da Pró reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) e a sustentação de um projeto de universidade negra se deparou, com diversos conflitos, tensões e disputas que possibilitavam questionar as lógicas hegemônicas do projeto de universidade construído no Brasil, e permitiam interrogar quais sujeitos podem acessá-la e sobretudo interrogar se a elite pensante no Brasil pode ser negra. Por tudo isso, o projeto de universidade negra proposto pela UFRB apresenta uma dimensão marcadamente política e sua experiência se mostrou como uma forma de existência, resistência e de afirmação cultural, política e identitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, 25 abr, 2007, p. 7.

COSTA, J.B; TORRES,M; GROSFOGUEL,R. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. (Orgs). 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

DOS ANJOS, Rafael Sanzio. Cartografia da diáspora África-Brasil. Anpege, v. 7, n. 1, número especial, p. 261-274, out, 2011.

FRAGA, W. A. UFRB e o Recôncavo da Bahia. In: UFRB 5 anos: caminhos, histórias e memórias. Cruz das Almas: UFRB, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Para além das bolsas acadêmicas: Ações afirmativas e o desafio da permanência dos (as) estudantes negros (as) na Universidade pública. In: SLVÉROV.R; MOEHLECES (org). Ações afirmativas nas políticas educacionais : o contexto pós-Durban. São Carlos: Edufscar 2009.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. 2. Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. p. 15-54.

JESUS, Rita de Cássia Dias P. de. De como tornar-se o que se é: narrativas implicadas sobre a questão étnico-racial, a formação docente e as políticas para equidade. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios na América Latina. IN: ABYA YALA. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. Cidade: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, mayo, 2012.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no Ensino Superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia. Salvador Editora da UFBA, 2009.

SANTOS, José Raimundo de Jesus. Juventude, universidade e conhecimento: o agir prático das juventudes nos fazeres da universidade. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

SILVA, Márcia Regina Santos da Silva. A política pública de expansão do ensino superior: aspectos do REUNI na UFRB. Dissertação (Mestrado), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, P. V. B; ROSEMBERG, F. Brasil: lugares de brancos e negros na mídia. In: DIJK, V.T. Racismo e Discurso na América Latina. São Paulo: Contexto. 2008

UFRB. Relatório de gestão 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/pr105561/Downloads/Relatorio_gestao_2017%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pr105561/Downloads/Relatorio_gestao_2017%20(1).pdf). Acesso em: 13 jan. 2019.